

NuAP – Núcleo de Antropologia da Política

UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA:
RITUAIS, REPRESENTAÇÕES E VIOLÊNCIA
PROJETO DE PESQUISA

Cadernos do NuAP 1

1998

Pesquisadores do Núcleo de Antropologia da Política

Coordenador:

Moacir G.S. Palmeira (Professor Titular, PPGAS, UFRJ)

Pesquisadores Principais:

Mariza G.S. Peirano (Professora Titular, PPGAS, UnB)

César Barreira (Professor Adjunto, PPGS, UFC)

José Sergio Leite Lopes (Professor Adjunto, PPGAS, UFRJ)

Pesquisadores Doutores:

Irllys Alencar Firmo Barreira (Professora Adjunta, PPGS, UFC)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Professor Adjunto, PPGAS, UnB)

Odaci Luiz Coradini (Professor Adjunto, Depto. de Ciência Política, UFRGS)

Marcio Goldman (Professor Adjunto, PPGAS, UFRJ)

Beatriz Heredia (Professora Adjunta, PPGS, UFRJ)

Maria Auxiliadora Lemenhe (Professora Adjunta, PPGS, UFC)

Júlia Miranda (Professora Adjunta, PPGS, UFC)

Federico Neiburg (Professor Adjunto, PPGAS, UFRJ)

Antonio Carlos de Souza Lima (Professor Adjunto, PPGAS, UFRJ)

Carla Costa Teixeira (Professora Adjunta, PPGAS, UnB)

Pesquisadores Doutorandos:

Rosemary de Oliveira Almeida (Doutoranda do PPGS, UFC)

Marcos Otávio Bezerra (Professor Assistente, UFF; Doutorando do PPGAS, UFRJ)

Christine de Alencar Chaves (Professora Assistente, UFPR; Doutoranda do PPGAS, UnB)

John Cunha Comerford (Doutorando do PPGAS, UFRJ)

Geovane Jacó de Freitas (Doutorando do PPGS, UFC)

Paulo de Góes Filho (Doutorando do PPGAS, UFRJ)

Maria Gabriela Scotto (Doutoranda do PPGAS, UFRJ)

Wilson Trajano Filho (Professor Assistente, PPGAS, UnB)

Secretária do NuAP

Emilia Wien

Catálogo-na-fonte do Departamento Nacional do Livro.

R696c

XXXX, 1947-

XXXX. — Rio de Janeiro: NAU, 1997.

260p. ; cm.

ISBN 85-85936-15-0

Inclui bibliografia.

1. Corpo humano — Aspectos sociais — História. 2. Corpo e mente.
I. Título.

CDD — 301

Quinta da Boa Vista s/nº — São Cristóvão

Rio de Janeiro — RJ — CEP:20940-040

Tel (021) 568 9642 fax (021) 254 6695

e-mail nuap@ax.apc.org

Publicação realizada com recursos do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência
Ministério da Ciência e Tecnologia

GRYPHO Edições e Publicações Ltda
Rua Maria Isabel Braune Portugal, 376 P — Centro
Engº Paulo de Frontin — RJ — CEP 26650-000
Tel (021) 430 7719 fax (021) 325 4431 e-mail: nau@ax.ibase.org.br

ÍNDICE

UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: RITUAIS, REPRESENTAÇÕES E VIOLÊNCIA

Introdução.....	7
Uma Antropologia <i>da</i> Política.....	8
Etnografia e Comparação.....	11
Rituais da Política.....	13
Política e Religião.....	13
Rituais: Objeto de Estudo e Abordagem Analítica.....	15
A Política em Termos Nativos.....	17
Representações da Política.....	19
Representações, Religião e Política.....	19
O Estado e a Luta pelo Real.....	20
Comunidades Morais, Política Institucional e Política de Reputações.....	21
Representações e Modos de Ação.....	23
Violência na Política.....	25
A Análise da Violência Política.....	25
Representações e Rituais da Violência.....	26
Valores e Justiça.....	27
Subprojetos.....	29

O Núcleo de Antropologia da Política (NUAP) congrega pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ (Museu Nacional), da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), além de manter colaboração estreita com alguns pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG). Ele representa a cristalização de vínculos estabelecidos, há alguns anos, em torno de pesquisas etnográficas sobre a esfera da política e de questões teóricas por elas suscitadas. A preocupação comum ao Núcleo é menos a construção de algum ou alguns grandes modelos teóricos substantivos do que lançar um olhar antropológico (que não é privilégio de antropólogos) sobre instituições, relações e atividades pensadas socialmente como políticas.

A aprovação de um amplo projeto de pesquisas — Uma Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência — pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério de Ciência e Tecnologia permitiu que o NUAP começasse a existir formalmente em dezembro de 1997.

Tendo como sede o PPGAS da UFRJ (Museu Nacional), o NUAP é coordenado por um grupo de professores desta instituição, da UnB e da UFC, reunindo pesquisadores em diferentes estágios da vida profissional. O Núcleo inclui três linhas de pesquisa que se complementam nas ênfases diferenciadas com que focalizam o estudo da política: Representações da Política; Rituais da Política; Violência na Política.

Além da publicação periódica de livros contendo o produto final das várias pesquisas, o Núcleo pretende publicar uma série de textos que assegure a rápida divulgação dos trabalhos em andamento, intensificando o diálogo entre seus pesquisadores e destes com profissionais de outros centros de produção acadêmica.

Este primeiro número dos Cadernos do NUAP oferece aos leitores o texto do projeto de pesquisa original, cuja realização concentra hoje a maior parte das atividades do Núcleo.

UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: RITUAIS, REPRESENTAÇÕES E VIOLÊNCIA.

Introdução

O objetivo deste projeto é compreender, simultaneamente, dois sentidos da política: como princípio de unificação e identidade, designando “comunidades políticas” (o partido, a cidade ou a nação); e como um domínio específico (um mundo de profissionais com regras e valores próprios). O foco da análise está centrado nas interseções entre o que, *do ponto de vista nativo*, é conceptualizado como “política”, e o que é tido como da ordem de outros domínios da vida social e cultural. Por meio da etnografia de eventos, situações, rituais, dramas e processos sociais estrategicamente escolhidos, procurar-se-á revelar alguns significados sociais e culturais da política no Brasil. As etnografias articulam três dimensões-chave de uma *antropologia da política*: o estudo de *rituais* da política, de *representações* da política, e da *violência* na política.

A associação de rituais e representações indica a inspiração clássica no trato dos fenômenos sociais; a inclusão da violência como constitutiva da política sinaliza o lado sombrio dos ideais modernos de civilização. Esta abordagem tripartida permite ligar dados etnográficos e questões sociológicas tradicionais mediante análises que têm por objetivo revelar elementos constitutivos do repertório da política no Brasil. A comparação desses elementos com outras experiências nacionais propicia o refinamento teórico de categorias já naturalizadas no senso comum intelectual das ciências sociais no Brasil, fazendo com que a ênfase etnográfica, que define a antropologia, autorize a ambição de iluminar, de ângulos novos, alguns problemas sociológicos clássicos.

O ideal moderno da vida política, a democracia, é um valor que historicamente se realiza sempre de forma relativa, as sociedades democráticas implicando margens maiores ou menores de inclusão e de igualdade. Por outro lado, a democracia é um princípio de organização da vida social que só é possível em um mundo de identidades políticas e de diferenças sociais politizadas. Como valor e como princípio de organização da vida em sociedade, democracia e política são noções polissêmicas, seus sentidos sendo definidos contextualmente pelos agentes e grupos sociais. Inventariar e analisar esses sentidos é uma das ambições deste núcleo.

Uma Antropologia *da* Política

O interesse antropológico pelo estudo da política está historicamente ligado a um desafio intelectual particular: nos mais diferentes tipos de sociedade, a política aparece como um domínio de atividades marcado simultaneamente pela escolha individual e pelos grandes rituais coletivos. O esforço para enfrentar esse desafio deu lugar, nos anos 40 a 60, ao projeto de uma “antropologia política”, concebida como uma sub-disciplina da antropologia social, com objeto e métodos próprios e que, como outras sub-especialidades (antropologia econômica, antropologia jurídica etc.) procurou analisar um sub-sistema, o político (distinto do econômico ou do jurídico).

É preciso lembrar, contudo, que bem antes da delimitação formal de uma antropologia política, a questão do poder já se encontrava no centro da atenção antropológica a partir do modelo evolucionista que claramente restringia o objeto da antropologia às chamadas sociedades sem Estado. Nas décadas de 30 e 40, os antropólogos britânicos deslocaram a questão da política ao retirá-la da esfera tradicionalmente atribuída a ela pela filosofia e ciência políticas (o Estado), alocando-a no espaço de um “sistema político” constituído por diversas instituições sociais. Ao mesmo tempo que este modelo des-centrava a política, ele também a re-locava, ao insistir na busca das funções políticas que, na ausência formal do Estado, seriam desempenhadas por outras instituições – em especial pelos sistemas de linhagens das sociedades segmentares.

Ao longo da década de 60, e ainda no contexto da antropologia social britânica, o chamado “processualismo” valorizou o processo político enquanto tal, operando desse modo um novo des-centramento que retirou a política da esfera dos sistemas e das instituições e a projetou sobre as interações sociais concretas. Mas, este deslocamento na direção das relações interindividuais operou uma *redução* da análise, ao mesmo tempo teórica e empírica: a atenção da disciplina se limitou aos aspectos “micro”, “localizados” ou “intersticiais” das dimensões maiores nas quais transcorreria a grande política e a grande teoria, isto é, aquelas que dizem respeito à própria existência do Estado e das relações entre os Estados.

As duas grandes teorias da “antropologia política”, a sistêmica e a processualista, operaram de forma dualista opondo indivíduos (ou interações individuais) e sociedades (ou grupos) e substancializaram a política (e o “poder”), localizando-a em um sub-sistema social específico ou fazendo da política uma dimensão sempre presente em qualquer relação social. Nos dois casos, mesmo que por razões distintas – ausência da instituição ou desinteresse generalizado nas instituições –, a “antropologia política” se fez fora do Estado.

Este quadro sofre uma drástica mudança no meio do século. A “antropologia política” perde prestígio e legitimidade e a universalidade da noção de poder, assim como a idéia de que apenas a dominação social está presente na política, foram duramente questionadas. Em um contexto onde a antropologia voltava a se orientar pela evidência empírica da totalidade do fato social observado, a relativa autonomia da “antropologia política”, junto a todas as demais especialidades, entrou em crise. Assim, passa-se a: a) reconhecer que a política está imbricada no tecido social, fundando-se em princípios que atravessam toda a sociedade, o que problematiza as fronteiras entre domínios sociais; b) questionar a pertinência da hierarquia entre macro e micro-política; c) sugerir que a autoridade (dominação) tradicional do esquema weberiano e a autoridade religiosa mantêm mais vínculos do que se imaginava; d) pensar o Estado e a política nos termos em que são pensados e vividos pelas populações nativas; e) reconhecer que os rituais constituem o cerne mesmo da política em muitos contextos sociais.

Parece-nos, portanto, que é o momento de utilizar tudo o que a antropologia aprendeu durante mais de um século de contato com a política das “outras” sociedades para construir um olhar compreensivo sobre “nossa política”. Trata-se de reintroduzir as formas antropológicas de construir objetos de análise e as ferramentas conceituais da

antropologia para fazer uma antropologia da política no mundo no qual esta foi inventada, o mundo da modernidade e dos estados nacionais, um mundo que é o “nosso mundo”.

Para isso, propõe-se investir nas zonas de interseção entre o que etnograficamente é percebido como relativo à “política” e o que, também do ponto de vista nativo, é colocado fora desse domínio: religião, parentesco, direito, relações pessoais. Trata-se de analisar eventos, situações, rituais, dramas ou processos sociais reveladores dessas interseções e seus efeitos, tanto no sentido da unificação e aproximação entre o que fica dentro de um domínio, quanto no sentido das diferenciações dentro do próprio domínio e deste em relação aos demais. Essas análises serão efetuadas mediante a articulação de três dimensões: a) *representações*, ou concepções, *da política*; aqui, a política funciona como um princípio de diferenciação social entre outros, marcando diferenças entre grupos (agregados politicamente ou segundo outros princípios), territórios (os das comunidades políticas), dimensões (como a da grande e a pequena política) e temporalidades (como aquela que instaura o tempo da política); b) *rituais da política* e a ritualização da política, uma das dimensões privilegiadas para atingir o lugar da política, em especial a politização de outras esferas da vida social e cultural; c) a *violência na política*, entendida não como o contrário da política, mas como uma forma extrema de “fazer política”, que revela o próprio lugar da política nas sociedades modernas.

Ao mesmo tempo em que tem por objetivo desvendar mecanismos sociológicos e culturais que permeiam a política no Brasil, o projeto procura equacionar o vínculo entre os valores particularistas do universo cultural que deu origem às ciências sociais e os valores totalizadores que regem as sociedades, grupos e fenômenos que são objeto de investigação. Uma “antropologia da política” distingue-se, pois, da “antropologia política” na medida em que consagra a abordagem etnográfica, refina a comparação como enfoque metodológico, reforça o interesse em determinado domínio empírico sem substantivá-lo, e acentua a legitimidade das categorias nativas. Após contornar as sociedades com Estado, a antropologia retorna ao mundo moderno com a experiência acumulada em pesquisas desenvolvidas em sociedades onde a “política” se faz por outros meios. Por esse caminho, a antropologia da política reencontra os pensadores clássicos da modernidade, restituindo o diálogo com autores como Weber e Durkheim, diálogo fundado em uma releitura do lugar por eles atribuído à política e ao Estado na sociedade e na cultura ocidentais.

Etnografia e Comparação

Este projeto se apóia em uma perspectiva simultaneamente etnográfica e comparativa. A etnografia garante o estatuto privilegiado do ponto de vista nativo: como, para o nativo, a experiência de vida e a reflexão sobre ela são coetâneas, a “comparação surpreendida” entre os valores da ciência social e os valores observados é uma decorrência imediata. Parte-se do pressuposto de que experiências bem definidas, apoiadas em análises de fenômenos particulares, são menos temerárias que muitas generalizações sumárias. A etnografia, ao menos tal qual concebida da perspectiva teórica em que nos colocamos, não pressupõe qualquer tipo de correspondência entre unidades de análise e fronteiras, no duplo sentido de limites entre grupos sociais ou entre domínios (como o político, o jurídico ou o econômico). Ao contrário, trata-se de

estudar etnograficamente eventos, dramas, rituais e processos sociais em uma tradição que, oriunda dos “fatos privilegiados” de Mauss, chega aos “*fateful incidents*” de Geertz.

Para pensar a especificidade da política em uma sociedade como a brasileira, é preciso, também, exercitar de modo consciente e controlado uma perspectiva comparativa deslocada dos contrastes já tradicionais onde o Brasil aparece sempre como a face negativa de uma modalidade positiva não só realizada em tipos ideais, mas também imaginada em mundos empíricos, identificados com sociedades nacionais e, especialmente, com os Estados Unidos. Efetuando comparações que conduzam a visões sociologicamente positivas do lugar da política na sociedade e na cultura brasileiras, o projeto se propõe dialogar com a produção antropológica que tem como referência sociedades e culturas nacionais que compartilham com a brasileira, entre outros traços, a presença de comunidades sólidas de discussão antropológica de temas afins como Índia, Canadá, Portugal, Argentina ou México.

A opção pela etnografia e pela perspectiva comparativa define a pesquisa como antropológica. O contraste entre práticas-e-conceitos do pesquisador e práticas-e-conceitos encontrados na pesquisa permite que generalizações sociocêntricas sejam expostas e que a artificialidade das separações absolutas do mundo moderno – como as esferas do político, do econômico e do jurídico (e suas correspondentes disciplinas acadêmicas) – torne-se um problema intrínseco da investigação.

A análise etnográfica e comparativa traz um dividendo extra: objetivos intelectuais-teóricos se combinam com objetivos intelectuais-políticos, permitindo que os aspectos *interessados* da ciência social, que são parte integrante da agenda das ciências sociais no Brasil, encontrem lugar junto aos propósitos universalistas da concepção de ciência. A ênfase na definição nativa e etnográfica da “política” sinaliza como, no fato social total da vida coletiva, essa categoria assume diferentes configurações: a adjetivação de uma ação cotidiana, uma esfera pública específica, ações que transcorrem em determinados espaços e tempos sociais, uma ciência social que privilegia os fenômenos ditos “políticos”. Determinar de forma etnográfica e comparativa os diversos significados e implicações da “política” é o critério de segurança da investigação.

Este projeto propõe abordar três dimensões-chave da política através de três linhas de pesquisa complementares: a análise das representações da política (coordenada por Moacir G.S. Palmeira e José Sergio Leite Lopes), dos rituais da política (coordenada por Mariza G.S. Peirano) e da violência na política (coordenada por César Barreira). As pesquisas concretas agrupadas em cada uma dessas linhas serão, pois, sempre ao mesmo tempo etnográficas e comparativas, devendo levar em conta simultaneamente, e ainda que com ênfases distintas, essas três dimensões constitutivas da antropologia da política que aqui propomos realizar.

RITUAIS DA POLÍTICA

A apresentação desta linha de pesquisa divide-se em quatro partes: a primeira indica sua inserção teórica, explicitando a relação entre os estudos clássicos sobre religião e política; a segunda expõe o objeto de estudo e a abordagem analítica dos rituais; a terceira fornece um panorama das questões relevantes para a pesquisa; e a

quarta apresenta os subprojetos individuais, os planos de investigação de cada um, a relação com as demais linhas do Núcleo e a produção já realizada.

Política e Religião

O exame da literatura sociológica clássica indica que a “política” parece ter representado, para os cientistas sociais em geral, desafio equivalente (como dimensão, esfera ou categoria social) ao que, em particular, a “religião” desempenhou para os antropólogos ao longo deste século. Para os primeiros, a política forneceria a chave para se desvendar a natureza *sui-generis* do mundo moderno; para os segundos, a ambição de uma teoria social de caráter universal, que servisse tanto a sociedades simples quanto complexas, seria alcançada pela compreensão do fenômeno religioso.

A religião e as sociedades tribais ocuparam espaço privilegiado na agenda dos antropólogos como decorrência da simplicidade de seus modelos etnográficos, cujo conhecimento poderia ajudar a esclarecer o mundo moderno. Por décadas a antropologia focalizou a alteridade exótica como laboratório empírico para o desenvolvimento de abordagens analíticas; com a revolução lévi-straussiana dos anos 60, as restrições ao universo empírico tornaram-se obsoletas, ficando explícito que à disciplina sempre interessaram mais as *diferenças* do que uma tipologia de sociedades. Reafirmava-se o postulado durkheimiano de que nenhuma instituição humana pode repousar sobre o erro e a falsidade. Hoje, o exame da esfera da “política” no mundo moderno atrai os antropólogos pela promessa comparativa, presente na literatura clássica das ciências sociais, dos aspectos sinalizados como *sui-generis* na experiência ocidental: seu caráter particularista e contextual (em contraste com o universalismo dos valores da ética, por exemplo), o pressuposto de sua relativa autonomia (em distinção ao holismo da “religião”), a ênfase na performance e na ação (em oposição à racionalidade), o espaço reservado ao indivíduo (em contraste com a ênfase na sociedade).

O projeto de tornar a ciência social também passível de escrutínio acompanha a preocupação com a “política” no contexto contemporâneo. A distribuição do conhecimento em disciplinas independentes, homólogas e homogêneas se seguiu, na matriz moderna, aos demais elementos que a constituem: a primazia do indivíduo enquanto valor; a predominância da relação entre homens e coisas; a distinção absoluta entre sujeito e objeto; a segregação dos valores frente a fatos e idéias. No Brasil (como em outros contextos), socializados nos ideais universalistas e na ciência social *interessada*, convivemos historicamente com os dilemas do formalismo liberal que, limitando a teoria da democracia à uma discussão de procedimentos e normas, se absteve do confronto com os problemas conceituais e as questões empíricas às quais se dirigem. Aqui, nesta linha de pesquisa, política e ciência se encontram: estão em questão tanto os valores idealizados do mundo moderno quanto aqueles que produziram as ciências sociais; nesse sentido, somos todos nativos.

No “fato social total” da vida coletiva no Brasil, a perspectiva etnográfica ressalta a valorização ideológica da “política”, experimentada na freqüente *politização* de esferas distintas na matriz moderna e, inclusive, na reflexão sociológica desenvolvida no país (que, antes de se tornar ciência social, se deu por intermédio da literatura de cunho

sociológico). Depois de evitar as sociedades modernas por décadas, a antropologia aporta a elas com a experiência acumulada de estudos empíricos que confrontam os padrões consagrados da ideologia individualista, trazendo junto abordagens analíticas que remontam à sua sociogênese no estudo da religião. Neste momento, a tradição weberiana adquire especial relevância por seu projeto de uma teoria de valor com fundamento cultural. Ao postular que a política não pode ser definida em termos de interesses de classe ou *status*, nem de ideais fraternos, Weber inclui a distinção conceitual da honra e da desonra como paralela à responsabilidade e à adequação da política, distanciando-se dos critérios mais afins à lógica moderna como os de utilidade (na economia), verdade (na ciência), beleza (na arte), virtude (na religião) e tornando possível o projeto de compreender, em sintonia com as preocupações antropológicas, as singularidades das condutas histórico-culturais.

Rituais: Objeto de Estudo e Abordagem Analítica

Esta linha de pesquisa focaliza eventos sociais contemporâneos, em termos etnográficos definidos como “políticos” (além de instituições que, socialmente direcionadas para outras esferas, no contexto brasileiro têm implicações de natureza política). Os eventos escolhidos para análise são vistos como socialmente relevantes na medida em que são públicos, têm visibilidade social, trazem como consequência redefinições políticas ou legais, ou revelam novas dimensões estratégicas para exame. Estes eventos são analisados de uma perspectiva da teoria do ritual.

Tanto o objeto quanto a abordagem analítica se delineiam como versões atualizadas da linhagem que focalizou, na gênese dos estudos antropológicos, o fenômeno da religião e demarcou cultos (hoje, *rituais*) e crenças (hoje, *representações*). A formulação inicial nunca separou os dois níveis; ao contrário, enfatizou seus aspectos solidários: não basta que se pensem idéias, são as ações repetidas que suscitam a prova experimental das crenças; ademais, para o crente, a verdadeira função da religião não é enriquecer seu conhecimento, mas fazê-lo agir, ajudá-lo a viver. O homem que crê *pode* mais.

Essa visão das “formas elementares” da vida social insistia em incluir os rituais como *atos de sociedade*, enfatizando que é pela ação comum que a sociedade toma consciência de si, se afirma e se recria periodicamente, mediante uma eficácia *sui generis*. Contudo, historicamente, essa abordagem foi apropriada de forma incompleta. Comprovando que as idéias científicas têm vida social, por várias décadas os antropólogos deram ênfase a uma dualidade (ou hierarquia) expressa, de um lado, pelo domínio das *representações* e, de outro, pelo nível das *relações sociais*. Quando, nos anos 60, a vertente das “representações” alcançou a mente humana via estruturalismo, a consequência inevitável foi que o mito domínio da língua (*langue*) e do pensar pleno valorizou-se em detrimento do rito: um tinha poder analítico; o outro restringia-se, por natureza, à empiria. Ao impacto do mito, para os menos convertidos restou como tarefa procurar definir o ritual em termos precisos: como comportamento prescrito (Turner); como distinto de outros fenômenos rotineiros e cerimoniais (Gluckman); como afirmação política ou ainda como formas econômicas de transmissão de conhecimento (Leach), paradoxalmente criando um afastamento maior da formulação original.

A linha de pesquisa aqui proposta recupera o ritual em três aspectos: primeiro, em seu estatuto etnográfico de evidência empírica (par contíguo das *representações durkheimianas*); segundo, utiliza a dimensão analítica que foi desenvolvida a partir de sua concepção como sistema de comunicação simbólica, culturalmente construído; terceiro, reclama o enigma da eficácia das ações sociais à perspectiva daquele que *pode* mais porque crê. Na confluência desses três aspectos, a pesquisa focaliza *eventos/rituais da política*, formulação na qual rituais são definidos etnograficamente, e não *a priori* pelo pesquisador. Como rituais não se separam de outros comportamentos sociais de forma absoluta, eles simplesmente *replicam, repetem, enfatizam* ou *acentuam* o que em determinada sociedade já é usual, uma flexibilidade analítica se segue, já que a abordagem desenvolvida para os rituais pode ser utilizada de maneira produtiva e criativa para analisar eventos etnográficos em geral; o repertório que serve ao ritual serve às ações rotineiras e vice-versa.

Ao focalizar “eventos da política”, a pesquisa os examina em suas dimensões de seqüências padronizadas e ordenadas de palavras e atos, expressos por múltiplos meios, cujos conteúdos e arranjos são caracterizados, em variados graus, por formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A eficácia da ação ritual é investigada como *performativa*, em três sentidos: no sentido de J.L. Austin, em que dizer é fazer como ato convencional; no sentido de uma performance que usa vários meios de comunicação por intermédio dos quais os participantes experimentam intensamente o evento; e, finalmente, no sentido de remeter a valores que são vinculados ou inferidos pelos atores durante a performance. Eventos rituais partilham traços formais, mas estes são variáveis, fundados em construtos ideológicos particulares em que forma e conteúdo estão integralmente implicados. Esta proposta de Stanley J. Tambiah permite-nos vislumbrar a possibilidade de, por intermédio de experiências bem definidas e apoiadas em análises de fenômenos particulares, contribuir para delinear um repertório de formas elementares da política a partir de comparações estratégicas com outros casos etnográficos contemporâneos ou históricos.

A Política em Termos Nativos

Focalizar eventos críticos da política através da análise do ritual torna-se um acesso engenhoso para abordar aspectos significativos dos projetos políticos no Brasil, isto é, ideais básicos; dilemas e ambigüidades; o repertório flutuante de símbolos e práticas; os agentes, níveis, domínios e eventos centrais; as grandes cosmologias de referência. Implicadas nos impasses da construção de uma sociedade democrática plena, as temáticas da linha delineiam-se pela relevância etnográfica que o pesquisador é capaz de perceber e avaliar na área específica em que desenvolve sua investigação. Assim concebida, nesta linha de pesquisa não se antecipam hipóteses ou definições. Profundamente comprometido com a perspectiva nativa, o *locus* da investigação é definido e recortado, mas os eventos são contingentes.

Desse enfoque, uma pesquisa no âmbito do Congresso Nacional pode resultar na análise de eventos como os processos de perda de mandato por “decoro parlamentar”, que revelam as dimensões gerais da noção de *honra* na política, suas conotações específicas no contexto brasileiro, o limite entre os domínios do político e do jurídico, e o

caráter performativo de ações ou atores individuais que intuem o código da eficácia “política”. Dimensões equivalentes ou análogas podem ser detectadas, por outro lado, em análise etnográfica de processos eleitorais em pequenos municípios, onde a centralidade valorativa da “pessoa política” indica a percepção nativa da política como âmbito social inclusivo, embora o universo relevante tenha um recorte específico onde, por exemplo, eleições presidenciais carecem de significação.

Mas não apenas eventos marcantes interessam à pesquisa: uma atenção especial é dada a atos rotineiros mas densamente simbólicos, como a utilização de documentos (como carteira profissional, carteira de identidade, título de eleitor) pela população. O exame do uso freqüente desses documentos pode conduzir o investigador a diversas concepções de cidadania que, historicamente *regulada* pelo Estado, chega a propor a bandeira da desburocratização como caminho de sua realização. A escrita sendo um dos marcos constitutivos dos ideais modernos de civilização, a obtenção de documentos e seu uso como instrumento de cidadania se refletem também na ênfase em registrar, em atas, as conclusões das *reuniões* semanais que fazem os trabalhadores rurais em assentamentos que, por sua vez, é par complementar ao dom de “falar bem”.

A constituição de uma cidadania guiada pelo ideal de igualdade, com ressonâncias simbólicas na história cristã e dando expressão a um ideário moderno, no qual está incorporada a luta por direitos e justiça, é um dos objetivos centrais do ritual de longa duração em que consistiu a marcha do MST nos dois meses que antecederam 17 de abril e que revela, mediante uma análise semântica em detalhe, ser ela um *locus* privilegiado de investigação por condensar múltiplos planos de significação, além de se constituir em modelo específico de *fazer política* e criar identidade social (em contraste com outras ações do movimento).

Revelando-se o próprio cientista social um “cidadão”, interessa à pesquisa examinar os condicionantes ideológicos dentro dos quais a investigação sociológica toma forma. Implantados em contextos de construção nacional (*nation-building*), os objetivos e resultados científicos das ciências sociais têm a marca de sua origem (quer no Brasil, na França, nos Estados Unidos ou na Índia). Resta investigar, nesse quadro, as hierarquias acadêmicas, os parâmetros políticos imediatos, o ideal de universalidade, e, de igual relevância, a relativa autonomia das idéias de seu contexto político de origem. Debates acadêmicos sinalizam os mecanismos de constituição das diversas linhagens teóricas legitimadas internacionalmente.

Estes temas estão melhor explicitados abaixo, nos subprojetos desta linha de pesquisa, cuja ambição maior é a de, ao reapropriar a teoria clássica do ritual para análise dos “eventos políticos” contemporâneos, combinar a universalidade das práticas humanas ao particularismo histórico e sociológico. Constituindo-se a esfera das realizações comprometidas em contexto, a análise da política através de *eventos rituais* conjuga tanto a perspectiva weberiana que dá ênfase à conduta e vocação dos políticos quando atuam na esfera política, quanto aquela, de inspiração durkheimiana, que percebe a política como domínio social que, nos tempos modernos, se desprende da matriz tradicional holista da religião. Da perspectiva antropológica, o confronto com a política adquire uma inflexão que leva à necessidade de conciliar noções sociológicas

clássicas, como é o caso do poder, com os *valores* em investigação e, assim, contribuir para uma ciência *da política*¹¹

REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA

Representações, Religião e Política

Se o estudo das representações esteve originalmente vinculado na Antropologia ao estudo das religiões, ele rapidamente migrou para outros domínios, tornando-se uma das marcas distintivas da disciplina. Algumas áreas mostraram-se menos permeáveis a essa investida – foi o caso, notadamente, da economia e da política. Possivelmente pelo grau muito alto de objetivação que têm tais domínios nas sociedades de origem dos antropólogos, só crises nos esquemas explicativos com que se pensavam (como aquela provocada pelo questionamento do mercado nos anos que se seguiram à Primeira Grande Guerra ou o “apelo emocional” da propaganda totalitária nos anos trinta e a forte ritualização da política naquele período) foram capazes de despertá-los para a importância da dimensão simbólica daquelas atividades nas sociedades que estudavam.

No entanto, a idéia de que toda atividade social é atividade simbólica e de que as “representações coletivas” são a matéria-prima de não importa que domínio estava posta muito claramente para alguns dos “fundadores” da disciplina. No que se refere à política, é o caso notadamente de Durkheim, para quem a principal função do Estado moderno é elaborar representações para a coletividade, que apenas se distinguem de outras representações por seu maior grau de “consciência e reflexão”. Se, para pensar a religião, ele opera com a combinação crenças-ritos, para pensar o Estado é em termos de representações-deliberações que ele vai atualizar sua indissociável combinação representações-modos de ação. A preocupação não era tanto com as doutrinas políticas mas com certas concepções investidas nas deliberações, algo como aquilo a que Pierre Bourdieu viria a referir-se como “categorias e esquemas de percepção e de ação”.

Mas Durkheim assinala que o Estado não é o único produtor de representações. Há instâncias concorrentes e há “correntes sociais empurrando a sociedade em direções diferentes”, que também o pressionam. Por isso mesmo, ele não pode ser visto como a encarnação da “consciência coletiva”. Assim, se, ao produzir representações, o Estado se produz como uma “realidade” – expressa num grupo especial de funcionários, num corpo de regras (diríamos hoje, num certo “aparato”), numa certa “vontade”

¹ A bibliografia referente ao estudo dos rituais é bem conhecida; faço referência aos seguintes clássicos: Durkheim 1912 e Mauss e Hubert 1902-1903. Para referências bibliográficas mais abrangentes, ver Peirano 1995b. Stanley Tambiah (1985) apresenta uma teoria do ritual que, fundamentada nos clássicos, revela seu caráter *performativo* a partir das idéias de Austin (1975). Combinando a influência weberiana e mantendo o diálogo explícito com Durkheim, Tambiah (1996) focaliza aspectos ritualizados da violência coletiva no sul da Ásia. No Brasil, esta abordagem analítica ao ritual foi testada em Peirano 1995. Ver, também, Teixeira 1997 e Comerford 1996.

reconhecida socialmente —, ele o faz em concorrência com as representações produzidas por outros grupos (e que também produzem esses grupos). Tal modo de abordar o Estado reintroduz — e nisso a aproximação com Weber parece pertinente — junto com a dimensão simbólica a dimensão de luta da atividade política, que não pode, pois, ser pensada circunscrita às ações geradas pelo Estado.

O Estado e a Luta pelo Real

Hoje, podemos dizer que, se a existência de regras definidas pelo Estado é indicativa da existência de uma entidade com a pretensão de ter tal configuração, ela não significa a adesão de todos a essas regras e à definição de política que elas comportam. Ao contrário, a oficialização, ao formalizar fronteiras entre o que é adequado e inadequado, dissociando regras e comportamentos, pode estar na base mesmo do confronto entre diferentes concepções de política, quando não seja pelo próprio espaço que abre à diversidade de interpretações de uma referência comum. Provavelmente, muitos dos debates teóricos e propriamente políticos sobre as regras ideais e sobre a aplicação ideal de regras não tão ideais tem a ver com essa espécie de mal-entendido cultivado (expresso em fórmulas do tipo “as leis existem para ser cumpridas” ou “o mal está na não observância das leis” ou, no outro extremo, aquelas do tipo “uma coisa é a lei, outra é a realidade” ou “o mal é o excesso de leis”), cuja denúncia seria a negação da existência do próprio Estado e das pretensões de poder de cada um.

É essa “luta pelo real”, como a chama Clifford Geertz, ou essa “luta pela imposição de diferentes visões e di-visões de mundo” que Pierre Bourdieu vê delimitando a própria política, que está no centro das indagações desta linha de pesquisa. O que está em jogo é a eficácia, ao mesmo tempo “simbólica” e “material” das representações. Se “idéias” são importantes nas atividades políticas, mais ainda é o modo como a política é “praticamente” recortada. E isso está longe de ser evidente.

Onde o dia-a-dia é feito de uma “política de reputações” (para usar a fórmula de F. G. Bailey para pensar o conjunto de estratégias de interação pública dos membros de “pequenas comunidades”, cuja existência não se limita a aldeias rurais mas diz respeito a uma boa parte da experiência das pessoas nos centros urbanos e até nas instituições formais da política), que liga as pessoas, que as obriga reciprocamente, a política propriamente dita, a política oficial, será percebida e vivida como “externa” (exercida por “profissionais”), temporária (limitada, por exemplo, ao período eleitoral, se não para os que vivem da política e para a política, os “profissionais”, pelo menos para o comum dos mortais) e como uma ordenadora de relações pessoais e, portanto, uma divisora. O ligar-se/separar-se das pessoas no cotidiano, por ser pessoal (diádico, diriam alguns), não cria regras (apenas obrigações) e pode criar impasses. Como relacionar-se com o inimigo do amigo que também é amigo de outro amigo? A política oficial propicia canais para a resolução de tais impasses. As siglas partidárias, por exemplo, podem facilitar agregações de tipo faccional, que estabeleçam limites ao desenvolvimento das relações pessoais de cada indivíduo ou unidade social significativa. O problema é que essa formalização das facções pode interferir no fluxo das prestações e contra-prestações que envolvem as pessoas no cotidiano.

Comunidades Morais, Política Institucional e Política de Reputações

Para neutralizar aqueles “efeitos colaterais”, é o lado não-institucional da política que oferece respostas (afinal, o que está em jogo é o “fundo de reputações” sobre o qual se constrói uma comunidade), como aquela de, apropriando-se de uma construção da política oficial, o calendário eleitoral, criar um “tempo da política” que concentre todas as ações que a experiência nativa concebe como políticas, um tempo em que a presença da divisão é tolerada e até estimulada, mas que, como todo tempo, é de extensão limitada. Se para um observador de fora, pode parecer que se está diante de uma dualidade intransponível, não é assim que as coisas são vividas do ponto de vista nativo: trata-se de uma experiência única da “política” e isso é viabilizado por aquela sua concepção como externa e temporária. No período em que o externo é autorizado, ele é transformado em interno e contamina todas as relações sociais. No tempo da política, tudo é politizado, da convivência cotidiana no grupo doméstico aos rituais funerários, o que não só afasta qualquer dualismo, mas faz com que a política seja vivida intensamente e como uma experiência, nos limites que lhe são atribuídos, absoluta.

Onde o dia-a-dia é feito de política institucional (como no Parlamento ou outras corporações políticas), a demarcação de posições (nos dois sentidos) é a regra (ao contrário da “competição por ser igual” da política da reputação de Bailey) e o “externo” necessário será a “política de reputações”, que garantirá o acesso ao inimigo e a constituição de uma “comunidade” capaz de investir de significado (sem inviabilizar; sem a ruptura total) o cumprimento de determinados papéis. Aqui, a “invasora” será essa “pequena política” (e a expressão já é reveladora do lugar que lhe é atribuído pela “política institucional” e pela ética que lhe é própria) — mas que está fadada a ter tanta importância no campo da política institucional quanto a “grande política” na pequena comunidade interiorana. A política é permanente nesse caso e a comunidade (a comunidade de pares) é que é temporária (mas essencial). Essencial tanto na viabilização do diálogo entre os que são postos *ex-officio* em posições antagônicas, quanto na garantia de que todo o “extra-muros” da política institucional lhe pertence. Se os grandes arranjos (a Constituição, o Orçamento Público) dizem respeito à política institucional, ao desempenho de papéis previamente definidos e remetidos a grandes divisões impessoais da sociedade, há (no Congresso Nacional, por exemplo) “pequenos espaços” preferenciais reservados à política de reputações, ou melhor, aos políticos, através de quem a política propriamente dita existe no mundo da política de reputações. Tais espaços preferenciais garantirão aos políticos não exatamente um capital próprio (essa exclusividade se chocaria com a política de reputações), mas um *plus* capaz de lhes assegurar certas condições de monopólio na “competição por ser igual” — que, evidentemente, como ressalta Bailey, pode engendrar as maiores desigualdades — que movimenta, num caso ou noutro, as “pequenas comunidades”, ou seja, as condições para dar mais assistência, prestar mais e maiores favores, em resumo, dar mais que qualquer outro. E, conseqüentemente, ter uma reputação (isto é, ser reconhecido como membro da comunidade) e uma boa reputação, o que se traduz em poder (na verdade, um duplo poder — o poder dado pelo reconhecimento de um poder que traz de fora, mas que o mantém “longe” da comunidade, e o poder atribuído pela comunidade aos doadores — que tem chance de se transformar em um poder de mão dupla —, o poder

reconhecido/atribuído pela comunidade podendo reforçar a pretensão “externa” de poder dos políticos).

Representações e Modos de Ação

Nesse contraste entre a política propriamente dita e a política de reputações, não está em jogo simplesmente uma contraposição lógica. Trata-se, antes, da logicização de resultados de pesquisas empíricas específicas, de forma a estabelecer rumos a um projeto de investigação de longo prazo em torno de política e de concepções de política que não se auto-limite dentro das definições restritivas da política ou que não ceda à ilusão das definições aprioristicamente amplas; ao contrário, a idéia é tomar como bússola concepções e práticas com que nos formos defrontando e ir redesenhando os rumos, por assim dizer, a cada passo.

Se os estudos feitos até agora privilegiaram ocasiões eleitorais (mais do que os processos eleitorais propriamente ditos), instituições políticas de tipo parlamentar (Congresso Nacional, Câmaras de Vereadores, Conselhos Populares etc.), burocracias públicas ou a ação política de entidades sindicais ou “movimentos populares”, a estratégia aqui adotada vai no sentido de aprofundar esse tipo de pesquisa, cruzando-se questões (por exemplo, além da participação eleitoral de sindicatos, as eleições em sindicatos), questionando-se as relações entre a política e o “tempo da política” propriamente dito (como atua de modo socialmente reconhecido como político um grupo que se auto-classifica como “não-político?”), ao mesmo tempo que se investe em outras frentes (a ação e as representações de organizações governamentais e não-governamentais em torno de questões como aquela do meio ambiente; a política internacional; a “sociabilidade também política” de entidades religiosas). A expectativa é que esse caminho nos conduza a uma percepção teórica mais apurada das representações e modos de ação que “fazem” a política. É razoável supor que a pequena política “minoritária” das instituições da “grande política” e a grande política “minoritária” das pequenas comunidades também tenham o seu lugar nas trocas que se estabelecem entre política e sociedade (talvez seja isso que esteja em jogo na manipulação “para baixo” das verbas públicas por parlamentares; na instituição dos sindicatos como fonte de autoridade; nas relações pessoais que cotidianizam a dominação em certas burocracias; na expressão supostamente pós-moderna das relações pessoais na política de países com forte tradição partidária).

VIOLÊNCIA NA POLÍTICA

A Análise da Violência Política

O mundo dos estados nacionais modernos constitui-se representando a política como o contrário da violência. Fez parte da própria formulação do ideal de sociedade política o fato dela se autoconceber como a superação de uma organização social fundada no sangue. Em termos conceituais, a sociedade política se opõe ao estado de natureza. Em termos evolutivos, a política substitui a violência: as guerras são tidas como expressão de momentos extra-ordinários, as sociedades que praticam a *vendetta* ou a vingança de sangue são vistas como transicionais ou imperfeitas. Segundo esse

modelo, o estado moderno bem constituído monopoliza o uso legítimo da força, a diplomacia garante a paz, e o sistema representativo de partidos é o mecanismo pelo qual os cidadãos resolvem suas diferenças, escolhendo racionalmente, por meio do voto, os profissionais da política que estarão encarregados de tratar dos assuntos definidos como de interesse público.

Essa representação mistura um argumento ético com outro historiográfico: a política violenta é uma política má ou condenável, e qualquer forma violenta de marcar as diferenças e regular os conflitos sociais deve ser tida como um sintoma de doença social ou de anomia. Essa combinação entre argumentos normativos e descritivos tem sido responsável pela dificuldade que as ciências sociais têm tido para produzir uma visão propriamente sociológica da violência política.

No entanto, autores como Georg Simmel, Max Weber, Émile Durkheim ou Norbert Elias têm sugerido, com ênfases diferentes e propondo entradas distintas, que nada há de anômalo ou de paradoxal na convivência da democracia institucional com o uso da força física nas relações sociais. Por sua vez, historiadores contemporâneos demonstraram como, no mundo clássico, a guerra civil (*stasis*, na Grécia antiga) fazia parte da vida política, era uma forma entre outras de definir amizades e inimizades, atrações e repulsões, inclusões e exclusões do partido ou da cidade. Da mesma forma, demonstraram que a compreensão do processo de formação da moderna esfera pública, que é paralelo à cidadanização das populações que habitam os territórios dos estados nacionais, foi sempre acompanhada por formas violentas de instauração de visões e de divisões do mundo social: guerras “étnico-religiosas” (como no centro da Europa nos séculos XVI e XVII, ou como no centro da África e no sul da Ásia de hoje), “guerra civil” (como em boa parte das Américas de meados do século passado, ou ainda no México de começos deste), “guerrilhas” e “terrorismos” (como na América Latina dos anos 60 e 70), assassinatos, *vendettas* ou “pistolagem” (como no Brasil, associada à presença, tida como negativa na política, dos valores do clientelismo e do personalismo).

Representações e Rituais da Violência

O ponto de partida desta linha de pesquisa é a constatação da relação constitutiva existente entre política e violência, a idéia de que a compreensão sociológica da violência política exige não colocar a violência e a pacificação como pólos extremos de nenhuma oposição nem de um continuum evolutivo que supõe a partir de algum momento o fim da violência, nem de uma polaridade sociológica, onde a violência é associada a qualquer forma de a-normalidade. Assim, compreender a violência política é uma forma de compreender a própria política, sendo a antropologia da violência política um capítulo estratégico da antropologia da política que o projeto propõe realizar.

Aqui, *política* é um adjetivo associado ao substantivo *violência*, e a antropologia da violência política é uma janela para compreender, sempre através da etnografia, diferentes representações ou *concepções* de política: de vítimas e assassinos, de testemunhas, parentes e amigos, de advogados, jornalistas, políticos profissionais, homens de estado e cientistas. O projeto propõe o estudo de eventos associados à violência política, acontecimentos *públicos* que têm conseqüências na redefinição de identidades sociais sancionadas legalmente, ou no acesso a posições e a bens públicos (como nos processos eleitorais, nas negociações dos orçamentos ou na implementação de

políticas), tanto no mundo da “pequena” quanto no mundo da “grande” política. Através de objetos etnográficos estrategicamente construídos e do exercício sistemático de uma perspectiva comparativa, trata-se de analisar os processos de organização social e cultural associados à violência política no Brasil.

Especial atenção será dada à temporalidade da violência na política, à violência associada aos “tempos da política”, às diversas concepções de política que se exprimem na própria história da violência e da política. Propõe-se pesquisar as condições sociais e culturais que permitem a existência desses eventos, os mundos sociais e culturais que eles revelam: a luta faccional ou o assassinato por encomenda e o mundo da reciprocidade; a representação do bandido-herói e o valor da honra; os micromundos da pistologem, dos órgãos de segurança pública, dos campos político, jurídico e jornalístico, nos quais se constroem as trajetórias de pistoleiros, policiais, políticos, advogados e jornalistas; as condições sociais que fazem com que militantes reunidos em partidos, ou em outras organizações civis, percebam como legítimo o uso da violência para fazer política; os mecanismos mais gerais de politização violenta da vida social e cultural.

A eliminação física do inimigo (cultural, religioso, político) é uma ação social de altíssima eficácia performativa que não instaura só uma fronteira entre os vivos e os mortos; ela também pode motivar debates e posicionamentos de homens públicos, favorecer ou não carreiras policiais, jurídicas ou jornalísticas (e de outros especialistas, como os médicos, se pensamos nos peritos). A maneira pela qual a violência se repete, se replica e se acrescenta, o mecanismo que confere *carisma* a alguns agentes sociais, e a presença de valores coletivos associados à sua existência, permitem e obrigam a refletir sobre a dimensão ritual da violência.

Como outros rituais (e porque ritualizada), a violência é ao mesmo tempo algo a ser explicado e uma janela que revela faces do mundo social e cultural no qual ela existe. A compreensão da dimensão ritual e da ritualização da violência política deverá ser um caminho privilegiado para estudar diferentes concepções de política e as condições sociais nas quais outras esferas da vida social e cultural se “politizam”. Permitirá, também, compreender a natureza social da violência que aparece como uma questão de inimizade individual (como a vingança pessoal), ao mesmo tempo que compreender os sentimentos de inimizade social que legitimam o uso da força nas ações coletivas envolvidas em eventos de grande intensidade social (como o motim ou a revolta).

Valores e Justiça

Por fim, é importante distinguir as duas vias pelas quais, quando estudamos violência, somos levados também a pensar na *justiça*, no duplo sentido do *mundo* da justiça, e da justiça como *valor*. No primeiro, constatamos etnograficamente o papel que, na definição dos atos de violência, tem o mundo do direito, sancionando o que deve ser tido como violento, e proporcionando, por meio da punição dos culpados dos atos de violência, alguns dos meios que permitem a pacificação da esfera pública². Nesse

²Ainda que aparentemente possa haver unanimidade quanto à qualificação da eliminação física dos inimigos (o assassinato) como um ato de violência, toda intenção de definir teoricamente a violência política baterá sempre com uma questão empírica que só a etnografia pode responder: a definição dos momentos e dos contextos nos quais o uso da força para fazer política é (diferente de *deve ser*) considerado um ato de

sentido, a antropologia da política se relaciona com a antropologia da justiça, a etnografia dos rituais políticos com a etnografia do direito, e o estudo das concepções de política com o estudo das diferentes concepções de justiça, o que, seguindo as teorias pluralistas da justiça, permitiria talvez comprovar que a relação entre diferentes esferas de justiça, e entre as concepções de justiça associadas a elas (por exemplo, a esfera do familiar e do privado, e a esfera do estatal e do público), é uma fonte freqüente não só de “injustiças”, senão também de violência política.

No segundo sentido, são nossos próprios valores, os valores da antropologia e da ciência social, que nos impõem que quando pesquisamos sobre violência política nos sintamos impelidos a refletir também sobre a justiça. Mais uma razão que faz do estudo da violência política um campo estratégico. Agora, trata-se de lidar com alguns dos grandes dilemas que decorrem do confronto entre os valores objetivadores e desinteressados do cientista e os valores comprometidos e interessados do cidadão. Ao contrário de enfrentar esses dilemas teórica ou filosoficamente, propomos enfrentá-los antropologicamente. As nossas principais armas deverão ser a etnografia e a comparação. E, certamente, o nosso próprio micromundo social e cultural (o mundo da ciência) deverá também ser analisado.

SUBPROJETOS

Subprojetos da linha de pesquisa *Rituais da Política* (coordenada por Mariza G.S. Peirano)

A Marcha do MST (Christine de Alencar Chaves)

O ritual de longa duração em que consistiu a Marcha Nacional a Brasília nos dois meses que antecederam 17 de abril de 1997 revela-se um *locus* privilegiado para investigação do MST porque condensa múltiplos planos de significação. Através da análise detalhada desse ritual e seu cotejamento com outras ações do MST, é possível compreender como um movimento cuja base social é essencialmente rural tornou-se o principal sujeito social no Brasil a colocar em discussão os limites efetivos da cidadania no país e, ao mesmo tempo, logrou catalisar a ação social para ampliá-los. A análise do ritual permite apreender a lógica da ação do movimento a partir de sua cosmologia política, onde a pressão sobre os limites da ordem legal sustenta-se na crença e na construção da legitimidade da luta pela terra. Nesse ritual, verifica-se como o MST, através da consolidação de uma identidade (“sem terra”), é paradoxalmente capaz de

violência por determinados agentes sociais. Assim, em determinadas circunstâncias, o uso da força pode transformar-se em um valor positivo, dentro de uma configuração de valores consagrados como legítimos dentro de um determinado grupo, por determinados agentes, em determinados contextos. Se há situações em que o uso da força (i.e., que nós hoje, aqui, consideraríamos negativamente como violência) não é percebido como sendo “violência” (porque essas situações não foram “constituídas” como tais), há situações outras em que o uso da força é relacionado a atributos positivos de uma determinada cultura, como coragem, valentia, firmeza ou macheza – às vezes aplaudida ou condenada.

aglutinar a ampla gama de *excluídos*, em nome dos quais articula, no discurso e na prática, o questionamento do modelo de modernização implantado no país.

A Marcha tem ressonâncias simbólicas na história cristã, cruzando inúmeras fronteiras; ao mesmo tempo, veicula um ideário moderno, dando expressão à luta por direitos, por justiça, por cidadania plena, guiada particularmente pelo ideal de igualdade. Os dilemas da constituição de uma cidadania no Brasil foram reconhecidos em pesquisa anterior, cujo mote inicial foram as eleições presidenciais de 1989 em um município do interior. A pesquisa analisou o vínculo entre festas e política, a centralidade valorativa da “pessoa política” e a percepção nativa da política como âmbito social inclusivo. Colocar a *pessoa*, categoria nativa, em diálogo com a interpretação feita por Sérgio Buarque de Holanda, tornou evidentes as ambigüidades da “pessoa política”, sua distinção tanto com relação ao tratamento tradicional da *pessoa* como categoria analítica quanto ao universo conceitual do indivíduo que tem implicações para a constituição de uma cidadania no Brasil *vis-à-vis* o modelo ocidental idealizado³.

Honra, Decoro Parlamentar e Eleições (Carla Costa Teixeira)

Este subprojeto investiga processos de perda de mandato por incompatibilidade com o decoro parlamentar no Congresso Nacional. A figura do “decoro parlamentar” é examinada como uma categoria *em ação*, e os processos vistos como rituais políticos democráticos. O foco de análise está no debate em torno do enquadramento dos parlamentares acusados na conduta indecorosa, vivido em termos de acusação e defesa. A vinculação entre a abordagem analítica do ritual e os escritos de Max Weber revela a importância do domínio da *honra* na política, em detrimento de sua definição a partir de critérios de interesse de classes ou status; permite uma análise da (des)construção de *vocações* políticas em momentos críticos, enfatizando o caráter performativo da ação política; examina as tensões entre o universalismo da ética e o particularismo da política, a autoridade da imprensa enquanto local em que se produz o relato autorizado sobre a vida parlamentar, e a *eficácia* do decoro como um mecanismo normativo específico da política.

Nova etapa da investigação focaliza três contextos da vida parlamentar, onde eventos críticos serão as vias de acesso para o exame da honra na política: i) em práticas rotineiras na dinâmica parlamentar: aqui têm destaque os usos da *indisciplina* ou seja, da conduta indecorosa como estratégia de ação política. Dois eventos são privilegiados para análise: o caso dos “baderneiros”, ocorrido em 1993 na instalação da revisão constitucional, e o chamado “apitação” durante a votação da reforma administrativa em 1997; ii) em interações fora do Congresso Nacional. Situações críticas focalizam acusações mútuas nas relações entre jornalistas e parlamentares, que demarcam diferentes espaços de legitimidade política; iii) na conquista da identidade parlamentar durante o processo eleitoral. Neste último caso, as eleições de 1998 serão acompanhadas, com foco na atuação de um ou mais deputados federais processados anteriormente, de

³A pesquisa sobre o MST encontra-se em andamento. A pesquisa de campo foi realizada no decorrer de 1996 e durante a “Marcha”, entre fevereiro e abril de 1997. Para publicações da pesquisa anterior, ver Chaves 1993 e 1996.

modo a examinar as possibilidades de tradução e incorporação de fatos, a princípio desabonadores, à imagem pública (ver Teixeira 1996a, 1996b, 1997).

Ritos e Símbolos da Política (Irllys Firmo Barreira)

A proposta de pesquisar a formação de “líderes de bairro” permite condensar características de diferentes modos de pensar e fazer política vigentes desde o início do processo de redemocratização. Focalizando estratégias de delegação e representação típicas da periferia urbana de Fortaleza, esta pesquisa enfatizou o perfil político-cultural de lideranças populares no período 1980/1992. A ênfase na análise empírica rendeu dividendos na percepção da cultura e do político como espaços interligados, rompendo a cadeia das especialidades disciplinares e permitindo propor a totalidade dos fatos sociais como situações privilegiadas de pesquisa. Abordagem similar foi utilizada para examinar a “Caravana da Cidadania”, que consagrou a campanha de Luís Inácio da Silva à Presidência da República, e que se tornou um longo ritual no qual o conflito simbólico entre candidaturas rivais explicitava diferentes maneiras de se construir a nacionalidade. A pesquisa focaliza a construção das biografias dos candidatos, os símbolos privilegiados e a utilização do formato de *caravana* como meio de fazer política.

A etapa atual da pesquisa direciona-se para o exame da trajetória de candidaturas femininas nas eleições municipais das cidades de Fortaleza, Natal e Maceió. Aqui, o interesse é o de iluminar, por meio da análise do ritual, os símbolos da campanha e os discursos, examinando a especificidade da condição de gênero na consagração de estilos específicos de fazer política. Dando continuidade à pesquisa anterior sobre os “líderes de bairro”, a pesquisa focaliza as “representações” elaboradas por segmentos populares dos “presidentes” das entidades de bairro. Utilizando pesquisa de campo complementada por entrevistas realizadas com 60 líderes, a pesquisa vem focalizando o conjunto de representações sobre a moral, a justiça e a política, rompendo, mais uma vez, as classificações disciplinares convencionais (ver Barreira 1994 e 1996).

Eventos Políticos e Resolução de Disputas: Uma Perspectiva Comparativa (Luís R. Cardoso de Oliveira)

Esta pesquisa tem foco comparativo nos casos brasileiro, norte-americano e quebequense. Inicialmente, as idéias de direito e privilégio são tematizadas pelo exame comparativo de eventos políticos no Brasil e processos de resolução de disputas nos Estados Unidos. A pesquisa empírica focaliza as dificuldades de reconhecimento dos direitos que demandam consideração à pessoa do interlocutor nos Estados Unidos, à luz da análise de pequenas causas em Massachusetts. Esta situação é associada à radicalização da ideologia individualista nos Estados Unidos, e é contrastada com as dificuldades de se respeitar os direitos (universais) de cidadania no Brasil. Aqui, tal ocorre devido à grande área de interseção entre os campos semânticos do público e do privado ou entre as noções de direito e privilégio.

Esta pesquisa teve desdobramento na análise da campanha que precedeu o *referendum* sobre a soberania do Quebec. O embate político da campanha tinha como pano de fundo, de um lado, o debate sobre as demandas de reconhecimento legal da

especificidade cultural do Quebec e, de outro, a precedência dos direitos individuais/universalizáveis. A articulação destas duas idéias coloca em xeque princípios tidos como básicos para o funcionamento das democracias liberais contemporâneas, e a pesquisa explora as implicações do debate à luz de noções como honra, dignidade, direitos e identidade. O material quebequense sugere um retorno sugestivo na comparação com o Brasil, onde o equacionamento entre direitos individuais e coletivos ou a articulação entre as noções de honra e dignidade, embora relevantes publicamente, não ocupam o mesmo espaço político (ver Cardoso de Oliveira 1989 e 1996; Cardoso de Oliveira e Cardoso de Oliveira 1997).

Documentos, Cidadania e Direitos Humanos (Mariza G.S. Peirano)

Se, no Brasil, a política é o domínio público que ideologicamente engloba os demais, e se a política é particularista por definição, qual o estatuto de uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos e de um Plano Nacional de Direitos Humanos, onde o todo da nação encontra o universalismo dos direitos dos indivíduos? No país onde a cidadania foi *regulada* pelo Estado definindo-se pela via da profissão e do vínculo empregatício que garantia direitos civis e sociais, o exame da conciliação entre direitos humanos universais, os valores individualistas da nação moderna e o particularismo histórico da política promete revelar, através da análise de eventos etnográficos críticos, tendências, padrões e processos presentes na cosmologia política e na hierarquia entre os poderes constituídos.

Este subprojeto foi antecedido por uma investigação do simbolismo dos documentos de identidade (título de eleitor, carteira de trabalho, carteira de identidade), que revelou concepções de cidadania em grupos diferenciados (urbanos e rurais) que não se incluíam na tipologia dos direitos desenvolvida pelos clássicos das ciências sociais. No Brasil, entre os direitos civis, políticos e sociais, a diferenciação de valores indica que os segundos são hierarquicamente privilegiados em relação aos demais: junto aos *processos* de formação do Estado, de construção da nação, de ampliação dos direitos de cidadania, convivem as *categorias* de cidadão, Estado, Nação, também sofrendo processos de construção. Mas a ampliação dos direitos, desejável sob o ponto de vista de justiça social, não forma, automaticamente, indivíduos que se concebem como cidadãos segundo o modelo clássico. A investigação do impacto das medidas do Ministério da Desburocratização, que propôs o não-documento e, mais tarde, o projeto "Documentação para Cidadania", identificou novos processos de *regulação* da cidadania pelo Estado (Peirano 1986; Zatz 1982).

A Autonomização da Política na África Portuguesa (Wilson Trajano Filho)

Historicamente associados ao movimento de expansão europeia, processos de criouliização representam casos relevantes para a análise do encontro entre concepções diferentes de política e poder, assim como para o entendimento das dinâmicas de autonomização (completas ou parciais) da esfera política. Os ritos de incorporação de valores, práticas e de populações das vertentes sociais africana e portuguesa, que constituíram a sociedade da Guiné-Bissau, funcionam como os mecanismos básicos de reprodução desta sociedade que se percebe hoje como uma sociedade nacional. Estes complexos rituais têm, ao longo de séculos de contato, desempenhado um papel

fundamental nos processos de construção de compromissos políticos entre formações sociais díspares, em situações nas quais o balanço de forças tende ao equilíbrio.

Chamando de processo de *crioulização* a constituição e manutenção destes compromissos, este subprojeto está voltado ao exame comparativo de processos ocorridos no continente (Guiné-Bissau), e nas ilhas (São Tomé e Príncipe). Pesquisa de campo na Guiné-Bissau permitiu recuperar parcialmente o estoque simbólico da ecumene cultural africana que lida com o poder e compreender a situação liminar da esfera política na sociedade *crioula*. Análises sobre tentativas históricas de estabelecimento de uma hegemonia de valores e implantação de projetos para a sociedade crioula, em sua pretensão de ser nacional, revelaram o papel desempenhado por estilos de comunicação (escrita e oralidade) e gêneros narrativos (rumores) no estabelecimento de sistemas de autoridade (ver Trajano Filho 1993a, 1993b, 1994a, 1994b, 1995a, 1995b).

A Política da Teoria (Mariza G.S. Peirano)

Como outros fenômenos do mundo moderno, as ciências sociais também dialogam com ideais universalistas, de um lado, e com os compromissos políticos definidos em termos de nacionalidade, de outro. Para dimensionar tanto as relações hierárquicas entre diversas vertentes contemporâneas quanto a relativa autonomia da ciência e seu contexto de origem, um projeto comparativo faz-se necessário. Ele é tão mais premente porque se trata de conciliar a produção acadêmica com os propósitos de um diálogo igualitário interpares, de diversas origens e orientações, que pode balizar os resultados das pesquisas e estabelecer critérios para uma prática mais igualitária. Na área específica da antropologia, é preciso: i) refigurar o papel dos clássicos e do estatuto privilegiado concedido à pesquisa de campo; ii) examinar a viabilidade de se ter *histórias teóricas* como marcos conceituais da disciplina; iii) estabelecer como, em contextos diversos, a antropologia aflora sob diversos rótulos (crítica literária, folclore, sociologia, literatura); iv) interrogar as práticas atuais da antropologia nas interseções das *histórias teóricas* com as diversas abordagens por meio das quais a disciplina se estabelece socialmente, com as áreas de conhecimento vizinhas e com as tradições nacionais onde se implantam suas articulações teóricas mais amplas.

Este subprojeto dá continuidade à pesquisa sobre o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil e sua relação com projetos de construção nacional, que teve como casos estratégicos de comparação a Índia e os Estados Unidos, em pesquisa que focalizou debates acadêmicos, trajetórias intelectuais, crítica de publicações socialmente relevantes, opções por abordagens ou temas específicos. A Índia chamava a atenção porque, de forma semelhante ao caso brasileiro, o cientista social lá também é um nativo da sociedade que ele próprio estuda, configurando-se uma situação que coloca em foco as identidades do cientista social como cientista e cidadão. Confrontando-se com a comunidade internacional de especialistas, de um lado, e o sistema de castas e o comunalismo político, de outro, o cientista social indiano precisa conciliar múltiplos códigos, enfrentando um debate contínuo sobre as responsabilidades dos intelectuais em geral e sobre os critérios de relevância da pesquisa no país de origem em particular. Se esses dilemas são comuns às tradições dos países não-centrais, a Índia apresentava um contraste interessante de ser examinado *vis-à-vis* o Brasil, no sentido de que nós vemos a

tradição ocidental como parte ou berço das nossas raízes; de forma diferente, os indianos vêem-se como parte de *outra* civilização, que não aceita abdicar de sua própria tradição milenar, mesmo quando reconhece que o ocidente já é parte integrante dela. A mais recente etapa da pesquisa consiste na comparação entre a natureza dos “eventos políticos” nos contextos brasileiro, indiano e norte-americano, suas estratégias de análise, e os interlocutores privilegiados (ver Peirano 1991, 1992a, 1992b, 1995a).

Subprojetos da linha de pesquisa *Representações da Política* (coordenada por Moacir G.S. Palmeira e José Sergio Leite Lopes)

A Produção Social dos Políticos e da Política
(Moacir Palmeira)

Se, como mostraram pesquisas anteriores, “política” está associada ao período eleitoral (o “tempo da política”) e essa é a época em que os políticos se apresentam publicamente, permanece a questão de como é concebida e vivida a sua ação fora do “tempo da política”. Se as ações públicas dos que ocupam posições oficiais de autoridade continuam sendo concebidas, de forma inequívoca, como políticas entre uma eleição e outra, muitas das ações e relações sociais que um olhar externo enquadraria como políticas permanecem envoltas em ambigüidade. A identificação como “políticos” de opositoristas, candidatos derrotados e candidatos potenciais parece contextual e referida a critérios díspares.

O objetivo da pesquisa é – valendo-se da rede de pesquisadores deste projeto – repertoriar tais critérios e ver como operam as classificações resultantes de sua aplicação em diferentes contextos. É razoável supor que haja variações importantes nas modalidades de operação, que haja situações em que o trânsito da condição de político àquela de não político (seria impróprio dizermos de simples cidadão) seja menos ou mais sinalizado socialmente e que tudo isso se relacione com a composição “final” desse conjunto socialmente identificado como “os políticos”. Entender isso parece teoricamente decisivo em sociedades onde a política é pensada substancializada nos políticos (ver Palmeira e Goldman 1996).

Concepções de Política e Formas de Participação (Marcio Goldman)

Trata-se de acompanhar, ao longo do tempo, a experiência de participação eleitoral e de atuação política de um grupo do movimento negro da cidade de Ilhéus, no sul da Bahia, que se auto-define como “não político”. A idéia é analisar o contraste entre aquela participação e aquilo que seus integrantes consideram a “política” fora do “tempo da política”. Para tanto, pretende-se: a) comparar a inserção do grupo na “política” por ocasião das eleições municipais e das eleições nacionais; b) mapear, através do estudo do envolvimento do grupo nas eleições e de suas relações com “a política” – materializadas em relações mais ou menos cotidianas com “políticos” e instituições “políticas” e na participação em atos políticos específicos; vividas como verdadeiros “dramas sociais” –, as concepções locais acerca dessa esfera e os conflitos que marcam esse envolvimento; c) contrastar essas concepções e essas formas de participação com as

dominantes, possibilitando uma percepção mais fina das imbricações da política com processos sócio-culturais mais amplos; d) elaborar uma “pragmática” do modo pelo qual noções como “política” e “cultura” – em sentido amplo e tal qual definidos pelos agentes sociais – se articulam com outras dimensões da vida social e são cotidianamente representadas e agenciadas em relação aos valores produzidos e manipulados na cidade.

Este subprojeto prossegue e, ao mesmo tempo, desenvolve o esforço que vem sendo realizado desde 1994 de empreender um estudo antropológico e etnográfico das eleições no Brasil. Trata-se de direcionar para um foco empírico preciso uma investigação que, centrada no voto, vem se desenvolvendo, até agora, de forma “transversal”, procurando inventariar e organizar as representações que, em todos os níveis (eleitores, políticos, imprensa, intelectuais etc.), marcam o fenômeno eleitoral no Brasil (ver Goldman e Sant’Anna 1996, e Goldman 1995).

Profissões, Candidatos, Eleições (Beatriz Heredia)

Este subprojeto propõe-se a analisar o perfil profissional e as trajetórias profissional e social de candidatos a cargos eletivos vinculados a determinadas profissões em diferentes regiões do país, e, ao mesmo tempo, identificar os atributos sociais de cada uma dessas profissões e o significado que têm para os eleitores.

O subprojeto teve origem na constatação – feita em pesquisas anteriores durante períodos eleitorais – de que havia uma forte concentração de candidatos de determinadas profissões, notadamente aquelas de advogado, médico, radialista, algumas modalidades de comerciante, além de líderes religiosos, “profissionalizados” ou não, de diferentes confissões. Embora substantivamente algumas dessas profissões já fornecessem, há muito tempo, quadros à política, a presença em massa de algumas delas é recente. Por outro lado, há outras profissões, com forte presença na política – é o caso dos fazendeiros – mas que não são “nomeadas”. A questão é ainda mais intrigante porque parece não haver qualquer tipo de mobilização corporativa em torno daquelas candidaturas e o voto é justificado em termos de preferências ou compromissos pessoais (ver Heredia 1996, e Palmeira e Heredia 1995).

Lideranças Políticas: Formas de Ingresso e Bases Sociais (Odaci Luis Coradini)

O tema básico do estudo proposto são as condições que geram a diversidade de formas e modalidades de inserção na atividade política. A preocupação está centrada na questão dos recursos sociais acumulados (aquilo que costuma ser lido como “qualidades de liderança”) pelos que ocupam posições de mediação e que pretendem ingressar na política. Interessa-nos identificar as vinculações desses recursos a diferentes esferas de sociabilidade (étnicas, religiosas, sindicais etc.) e as tensões ou afinidades entre seus princípios de legitimação e aqueles que têm vigência na “política”. Pretende-se concentrar a investigação empírica no exame aprofundado do maior número possível de candidatos em eleições de diferentes níveis no estado do Rio Grande do Sul.

O interesse pelo tema foi gerado em pesquisas já realizadas em municípios do interior daquele estado, que sugerem, dentre outras coisas, a possibilidade de utilização de diferentes princípios e relações sociais na consolidação de recursos políticos (as chamadas “bases eleitorais”) e a existência de relação entre, de um lado, os recursos

sociais investidos, tanto na fase anterior ao ingresso na política quanto na carreira subsequente, e, de outro, a avaliação social do desempenho do “trabalho” de representação (ver Coradini 1996).

Religião, Sociabilidade e Política (Júlia Miranda)

Para entender as condições de articulação, com pretensão de legitimidade e expectativa de êxito, entre o político e o religioso, a pesquisa propõe-se analisar a nova sociabilidade, expressa em uma rede de grupos ou comunidades emocionais de tipo particular (o que inclui formas específicas de comunicação, representações da sociedade e da política, rituais religiosos e vivência comunitária) associadas a movimentos cristãos como a chamada “Renovação Carismática”.

A investigação, a ser realizada em Fortaleza (Ceará), dá continuidade a trabalho anterior sobre a construção de candidaturas políticas, com base na articulação do político e do religioso, entre protestantes evangélicos e católicos carismáticos, nas eleições municipais de 1996 – no bojo de uma preocupação de mais longo prazo com o que poderia ser definido como “o deslocamento contemporâneo do religioso e do político” (ver Miranda 1995).

Imagens, Candidatos e Campanhas Eleitorais (Gabriela Scotto)

A meta do subprojeto é fazer uma análise comparada das próximas eleições presidenciais no Brasil e na Argentina. Se uma campanha eleitoral pode ser entendida como um momento fundamental (por sua intensidade e visibilidade) de interseção entre a política e dimensões culturais mais amplas, as campanhas presidenciais, em particular, podem ser pensadas como momento privilegiado de mobilização de identidades nacionais. A comparação entre os “casos” argentino e brasileiro parece especialmente adequada pelo contraste que permite entre uma sociedade marcada por um estilo de política onde o clientelismo e o personalismo sempre tiveram lugar de destaque e uma outra com presença política partidária forte, e onde a política é uma espécie de atividade permanente não apenas para os políticos profissionais mas para segmentos importantes da população. A comparação mostra-se ainda mais interessante porque, nos últimos anos, a introdução das técnicas de marketing nas campanhas argentinas estaria levando a uma “pessoalização” das candidaturas – lida por muitos como uma aproximação da “lógica do mercado” – que as tornam em muitos aspectos similares às campanhas brasileiras, onde tal pessoalização é associada à tradição ou a um estilo nacional de fazer política.

O interesse da pesquisadora pelo tema tem suas raízes no estudo feito de uma campanha eleitoral no Rio de Janeiro, que resultou em uma dissertação de mestrado, onde a biografia do candidato e a manipulação de identidades estratégicas mostraram-se mais importantes do que o pertencimento partidário e as propostas programáticas (ver Scotto 1994 e 1995).

Eleições Sindicais e Representação: o Processo de Escolha dos Dirigentes Camponeses (Moacir Palmeira, Beatriz Heredia, John Comerford, Gabriela Scotto)

A proposta deste subprojeto é tentar entender os significados da escolha de dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais para os camponeses (diretamente envolvidos ou não), é compreender, como se constrói a idéia de representação numa situação em que estão ausentes ou só existem precariamente alguns de seus pressupostos, como a autonomia dos cidadãos e a possibilidade de controle de um poder que não é exercido diretamente. É possível que a associação entre a escolha de representantes e a ação coletiva própria da prática sindical – como a alternância entre mobilizações de massa e negociações que não têm como envolver a todos – abra mais espaço para a idéia de representação do que a manifestação individual tornada pública de adesão a uma facção, própria da política.

Esta pesquisa dá continuidade a investigações anteriores sobre a participação política de sindicatos e “política local”, que apontam para a existência de uma concepção da política como “externa” e “temporária” e como concepção da eleição, não como escolha, mas como adesão a uma facção (encarnada numa determinada pessoa, e só marginalmente vista em termos de representação de interesses coletivos); e também para uma separação marcada entre atividade sindical e atividade política. Trata-se, agora, de saber o que se passa quando está em jogo a escolha dos próprios dirigentes sindicais (ver Palmeira 1996; Palmeira e Heredia 1995).

Ação Sindical e Poder Local (John Comerford)

Se, de um ponto de vista externo, o sindicato de trabalhadores rurais aparece simplesmente como um órgão de representação desses trabalhadores, uma visão mais próxima sugere uma articulação importante desse mesmo sindicato com esferas de sociabilidade relacionadas à religião, às relações familiares, a pertencimentos étnicos, à política, e assim por diante. A pesquisa busca examinar os diferentes “princípios de sociabilidade” acionados no âmbito do sindicato e descrever o modo pelo qual eles agem em conjunto, indicando quais as conseqüências desse modo de ação para a construção da imagem pública do sindicato (em determinadas circunstâncias, seus dirigentes são vistos como “autoridades”) e para a eficácia de suas ações “sindicais” e “políticas”.

A investigação, a ser desenvolvida na zona da mata de Minas Gerais, dará continuidade à experiência anterior de trabalho com sindicatos dessa região e, ao mesmo tempo, propiciará o aprofundamento de análises feitas em outra região sobre a sociabilidade camponesa que deram origem à dissertação de mestrado a respeito das reuniões em associações de trabalhadores rurais (ver Comerford 1996).

Elites, Representações e Interesses (Maria Auxiliadora de A. Lima Lemenhe)

O objetivo do subprojeto é entender como membros da elite econômica e política que, em diferentes momentos, ocuparam (ou disputaram) espaços formais de poder, quer em instâncias da burocracia estatal, quer em entidades representativas de interesses corporativos, representam o poder, a política e a sociedade. A suposição feita é que o conhecimento dessas representações permite compreender como são combinados interesses econômicos e interesses propriamente políticos dentro do Estado.

Estudo anteriormente feito de uma família da elite (que exerceu o poder por longos anos no estado do Ceará) revelou como as auto-representações construídas por seus membros, e a cristalização de uma certa identidade fundada na “tradição”, são

estratégicas na sua reprodução política, e como a sua decadência está associada à dissolução da imagem positiva da “tradição” no campo político e à construção de novas representações, centradas na positividade do “moderno” (ver Lemenhe 1996).

Recursos Sociais e Verbas Públicas (Marcos Otávio Bezerra)

Esta pesquisa está interessada em conhecer os recursos sociais acionados pelos prefeitos de municípios em seu esforço por obterem recursos financeiros dos órgãos federais. Se a literatura tem concentrado sua atenção nas relações que esses e outros chefes políticos locais têm com seus subordinados, aqui, trata-se de entender as suas relações “para cima”, com parlamentares, ministros e burocratas ou outros mediadores e, portanto, com as regras da “grande política”.

Pretende-se dar seguimento à indagação sobre o modo de operar da política e do Estado brasileiros, formulada em trabalhos anteriores, especialmente no exame das disputas empreendidas pelos parlamentares no âmbito do executivo e do legislativo federais, objetivando viabilizar a transferência de recursos para suas bases eleitorais, objeto de tese de doutoramento a ser defendida ainda este ano. Trata-se portanto, na proposta para os próximos anos, de retomar a análise da dependência recíproca, porém não simétrica, entre parlamentares e políticos locais, contribuindo para o entendimento da rede de relações complexas que vincula a “grande política” à “política local” (ver Bezerra 1995a e 1995b).

Administração Pública e Clientelismo de Estado (Antonio Carlos de Souza Lima)

A partir da idéia weberiana de que “para a vida cotidiana dominação é primariamente administração”, a preocupação maior do subprojeto é entender como o *poder tutelar* se configura em um aparato administrativo. Para tanto, pretende-se fazer um estudo da Fundação Nacional do Índio e do chamado *indigenismo* – conjunto de crenças acerca do *índio* e de como ele deve ser “tratado”. Terão destaque o estudo dos processos de formação do corpo de técnicos em *indigenismo* e, através destes, de disposições mais gerais de segmentos que reivindicam uma *tradição de trabalho indigenista* em suas performances. Trata-se, sobretudo, de pensar a cotidianização do domínio estatal sobre grupos indígenas – como elementos que aparentemente não fariam parte de uma administração burocrática (como as relações pessoais) podem contribuir para rotinizar a dominação e dar lugar a um “clientelismo de Estado”.

Esta proposta dá continuidade a um esforço de muitos anos para compreender alguns dos problemas centrais da sociedade brasileira (hipertrofia das instâncias políticas, caráter altamente hierarquizado da vida social etc.) a partir de suas margens. O fulcro deste empreendimento tem sido a noção de poder tutelar, exercido sobre as populações indígenas e outras “minorias” sociais, analisada de forma detalhada em estudo feito sobre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, precursor do SPI e da FUNAI (ver Lima 1995, e Vianna 1995).

Os Direitos Humanos e a Diplomacia Parlamentar (Paulo de Góes)

O subprojeto tem por objetivo realizar um estudo do mundo da diplomacia, tomando como eixo as práticas e representações de diplomatas que trabalham na Missão

Brasileira na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York. Trata-se de focalizar uma das dimensões do espaço das relações multilaterais, referida à construção da política de direitos humanos que tem como cenário privilegiado a “Terceira Comissão da Assembléia Geral” da ONU. São questões da pesquisa investigar, através da etnografia, a relação entre “política nacional” e “política internacional”, o estatuto da noção de “relações multilaterais” e as relações entre os profissionais da política exterior e outros especialistas e agentes sociais interessados na política de direitos humanos no plano internacional.

O interesse pelos diplomatas é um desdobramento de pesquisa anterior sobre trajetórias sociais e processos de socialização em outros setores da elite brasileira, tematizando as relações micropolíticas imanentes à invenção de uma ciência nacional de projeção internacional (ver Góes 1996).

Redes Sociais e Controle Público (J. Sergio L. Lopes)

Impulsionadas por instituições financiadoras internacionais, por critérios e padrões empresariais voltados para o mercado internacional e pela retórica e ação de ONGs nacionais e internacionais, as políticas ambientais – e, em particular, as que preconizam o controle da poluição industrial – têm se tornado nos últimos anos um aspecto estratégico para a observação das tentativas de implantação de políticas de concertação e regulação *participativa* entre agentes com interesses diferentes ou contraditórios nos diversos níveis de administração municipal, estadual e federal. O objetivo deste subprojeto é conhecer a história da construção dessa política ambiental em diferentes regiões, onde entram em jogo políticas de estado, o interesse de profissionais e especialistas, além do peso específico de grupos atingidos da população. Interessa saber como se encontra essa macropolítica dirigida à população e ao local com as estruturas e as forças políticas realmente existentes, regionais e locais, e como diferentes tendências ambientalistas do final dos anos 80 tornam-se forças políticas opostas no governo municipal e na câmara nos anos 90, interagindo com a *política de reputações* local.

A avaliação positiva da presença do Estado, ao lado de associações civis, na regulação dos conflitos ambientais, parece contrastar com o processo de retraimento desse mesmo Estado na regulação de conflitos em outras áreas da vida social, como no caso da relações de trabalho no mundo industrial – o que foi objeto de varias pesquisas anteriores (ver, entre outros, Lopes 1988 e 1996).

Subprojetos da linha de pesquisa *Violência na Política* (coordenada por César Barreira)

Poder e Violência: a Pistolagem no Campo da Política (César Barreira)

A violência na sociedade contemporânea vem ganhando cada vez mais visibilidade, devido aos massacres no meio rural, à presença crescente dos grupos de extermínio nas cidades, ao crescimento das “gangues de rua”, e à atuação violenta da polícia civil e militar. Gesta-se, assim, uma “cultura do medo”, ao mesmo tempo que se constrói um discurso a favor da violência. O uso da violência, de uma forma recorrente, passa a ter uma legitimidade: combate-se a violência com violência. Em boa medida,

esses lugares da violência na sociedade e na cultura brasileiras estão relacionados com as relações entre violência e política e com a legitimidade que, em determinados contextos, têm as formas violentas de fazer política. É justamente esse universo que a pesquisa procura atingir, a partir de três linhas de trabalho: o estudo do fenômeno da pistolagem (tanto em termos históricos quanto no que se refere a casos paradigmáticos); a análise do imaginário da honra e da violência na literatura de cordel; e, por último, o exame da relação entre crimes de mando e o campo jurídico.

Este subprojeto dá continuidade a pesquisas sobre as relações entre poder e violência, assaltos de aluguel e assassinatos no mundo da política sendo que a mais recente teve como foco a análise do lugar da violência no cenário eleitoral municipal (ver Barreira 1992a, 1992b; Barreira e Lins 1996).

Processos de Politização e Violência em uma Perspectiva Comparada (Federico Neiburg)

O objetivo do subprojeto é analisar processos sociais nos quais as relações entre agentes e grupos sociais, e os problemas percebidos por eles como problemas comuns, passam a ser concebidos como relacionados com a ordem da *política*; processos nos quais as identidades e as relações entre agentes sociais se *politizam*. O referente empírico principal deverá ser o processo de politização de amplas camadas de jovens argentinos nas décadas de 60 e 70, tentando compreender a sociogênese do seu “interesse” pela política e, também, da legitimidade do uso da violência como forma de fazer política. Esses processos serão situados no contexto da dinâmica de relações entre grupos sociais e no contexto das experiências sociais e culturais particulares. Por outro lado, a compreensão da sociogênese da politização violenta desse mundo social deverá incluir outros agentes sociais, como aqueles recrutados pelo Estado como parte das forças militares e paramilitares. Por fim, esse processo de politização violenta será situado historicamente, em relação aos conteúdos e ao lugar da violência política na constituição do estado nacional e dos hábitos nacionais na Argentina. Nesse sentido, faz parte do subprojeto a intenção de refletir sobre o lugar das “comparações” na compreensão antropológica da violência política, o que deverá dar continuidade ao diálogo com pesquisas e pesquisadores que estudam processos semelhantes no Brasil, no México (particularmente no que diz respeito a processos contemporâneos de politização da cultura nacional e da etnicidade) e no Haiti (no que diz respeito às relações entre a sociogênese do estado nacional e as formas violentas de fazer política naquele país).

O projeto pretende dar continuidade a duas experiências de pesquisa anteriores: uma sobre os processos de politização do mundo intelectual na Argentina, e outra sobre formas de politização da etnicidade no México (ver, respectivamente, Neiburg 1997 e 1998).

Autonomia e Liberdade: uma Incursão nas Representações Sociais do Crime (Rosemary de Oliveira Almeida)

Esta pesquisa pretende estudar as representações da violência e da criminalidade, especificamente no que se refere aos assassinatos cometidos por mulheres. Trata-se de focalizar em especial as ações violentas envolvendo mortes cometidas por mulheres, e de compreender, também, as representações sociais que sobre essas ações são

construídas não só pelas próprias mulheres, mas também pelo mundo jurídico e científico. Especial atenção será concedida às representações e usos públicos da violência cometida por mulheres, tanto em debates públicos dos quais participam “políticos” (como no contexto das campanhas eleitorais), quanto em outros contextos sociais e culturais que exprimem condenações ou formas de compreensão do lugar dessa violência no mundo social. Como a pesquisa estará centrada em casos concretos de “mulheres assassinas” encarceradas, tanto de seu próprio ponto de vista como das representações que sobre elas constroem outros agentes sociais, a questão da criminalidade será relacionada com a da liberdade e da perda de liberdade.

A pesquisa dá continuidade a outras investigações já realizadas sobre ações violentas dos jovens de gangues, que desenvolvem um tipo de violência coletiva, registrando a face cruel da violência, bem como outras faces que apresentam características de obscuridade, pluralidade e ambigüidade, apresentando também aspectos de positividade, enquanto fenômeno que gera espaços de construção de identidade e de afirmação diante de outros grupos sociais (ver Almeida 1995).

Representações Sociais sobre a Violência no Mundo Canavieiro (Geovane Jacó de Freitas)

Esta proposta de estudo visa apreender os elementos constitutivos do processo de construção da visão de mundo dos trabalhadores canavieiros em Alagoas a partir das representações sobre a violência. Em um contexto social marcado historicamente pela apropriação privada do espaço público, procurar-se-á fazer uma interpretação do modo pelo qual esses trabalhadores tematizam uma realidade de violência, tentando apreender suas múltiplas significações. Nesse contexto social e cultural, a focalização das formas de representar a violência exige a problematização sociológica do significado do medo e do silêncio na linguagem dos agentes sociais envolvidos.

Esta proposta baseia-se em uma experiência anterior de pesquisa, realizada no período 1993/95, sobre a violência nos processos de trabalho na lavoura canavieira em Alagoas, depois desdobrada visando analisar os processos coletivos de luta contra a violência no estado, que resultaram, a partir de 1991, na constituição de um Fórum Permanente Contra a Violência.

Bibliografia

- Almeida, Rosemary. 1995. *Violência, Identidade e Processos Organizacionais: o Forró da Bala como Cenário de Análise*. Dissertação de Mestrado, UFC.
- Austin, J. L. 1975. *How to Do Things with Words*. Harvard University Press.
- Barreira, César. 1992a. “Le Pistolet et la Politique: la Mort sur Ordonnance”. *Cahiers du Brésil Contemporain* 17.
- . 1992b. *Trilhas e Atalhos do Poder. Conflitos Sociais no Sertão*. Rio Fundo Editora.

- Barreira, César e Lins, Daniel (orgs.). 1996. *Poder e Violência*. Edições UFC.
- Barreira, Irllys de Alencar Firmo. 1994. "A Representação como Espelho: o Universo Cultural e Político das Candidaturas Populares". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 26.
- _____. 1996. "Ritual e Símbolo na Política". *Revista do CERU*.
- Bezerra, Marcos Otávio. 1995a. *Corrupção: Um estudo sobre Poder Público e Relações Pessoais no Brasil*, ANPOCS/Relume-Dumará.
- _____. 1995b. "Municípios, 'Empresas de Intermediação' e Verbas Públicas: A Intermediação e o Clientelismo como Negócio". *Comunicações do PPGAS* 5.
- Cardoso de Oliveira, Luís R. 1989. *Fairness and Communication in Small Claims Courts*. Tese de Doutorado, Harvard University.
- _____. 1996. "Entre o Justo e o Solidário: os Dilemas dos Direitos de Cidadania no Brasil e nos EUA". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 31.
- Cardoso de Oliveira, Luís R. e Cardoso de Oliveira, Roberto. 1997. *Ensaaios Antropológicos sobre Moral e Ética*. Tempo Brasileiro.
- Chaves, Christine de Alencar. 1993. *Festas, Política e Modernidade no Sertão*. Burity/MG. Dissertação de Mestrado, UnB.
- _____. 1996. "Eleições em Burity: a Pessoa Política". In: Palmeira e Goldman 1996.
- Comerford, John. 1996. *Reunir e Unir: as Reuniões de Trabalhadores Rurais como Forma de Sociabilidade*. Dissertação de Mestrado, UFRJ.
- Coradini, Odaci Luiz. 1996. "Ambivalências na Representação de Classe e a Noção de Trabalhador Rural". In: Navarro, Zander, org., *Democracia e Cidadania no Campo: as Lutas e Movimentos Sociais dos Colonos e Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul*. Editora da UFRGS.
- Durkheim, Émile. 1912. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Plon.
- Góes, Paulo de. 1996. *O Brasil no Biotério: o Instituto Brasileiro de Biofísica e um Jeito Brasileiro de Fazer Ciência*. Dissertação Mestrado, UFRJ.
- Goldman, Marcio. 1995 "Antropologia Contemporânea, Sociedades Complexas e Outras Questões". *Anuário Antropológico* 93.
- Goldman, Marcio e Sant'Anna, Ronaldo dos Santos. 1996. "Elementos para uma Análise Antropológica do Voto". In Palmeira e Goldman 1996.
- Heredia, Beatriz. 1996. "Comunidade, Família, Política". In: Palmeira e Goldman 1996.
- Lemenhe, Maria Auxiliadora de A. Lima. 1996. *Família, Tradição e Poder. O (O)caso dos Coronéis*. AnnaBlume/Edições UFC.
- Lima, Antonio Carlos de Souza. 1994. "Cultura e Instituição Pública. Notas Sobre o Papel de Cotidianização da Administração Pública a Partir do Estudo do Serviço de Proteção aos Índios". *Textos de História* 3.
- _____. 1995. *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Vozes.
- Lopes, J. Sergio L. 1988. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'*. Marco Zero.

- _____. 1996. "Sobre Formas Comparadas de Imobilização da Força de Trabalho: Fábricas com Vila Operária Tradicionais e Grandes Projetos". *Lusotopie. Enjeux Contemporains dans les Espaces Lusophones*.
- Mauss, Marcel e Hubert, Henri. 1902-1903. "Esquisse d'une Théorie Générale de la Magie". *L'Année Sociologique*, 1902-1903.
- Miranda, Júlia. 1995. *Horizontes de Bruma. Os Limites Questionados do Religioso e do Político. Maltese*.
- Neiburg, Federico. 1988. *Identidad y Conflicto en la Sierra Mazateca. El Caso del Consejo de Ancianos de San José Tenango*. INAH/ENAH.
- _____. 1997. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo na Argentina. Estudos de Antropologia Social e Cultural*. EDUSP.
- Palmeira, Moacir. 1996. "Política, Facção e Voto". In: Palmeira e Goldman 1996.
- Palmeira, Moacir e Goldman, Marcio (orgs.). 1996. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Editora Contracapa.
- Palmeira, Moacir e Heredia, Beatriz. 1995. "Os Comícios e a Política de Facções". *Anuário Antropológico* 94.
- Peirano, Mariza G.S. 1986. "Sem Lenço, Sem Documento: Reflexões sobre Cidadania no Brasil". *Sociedade e Estado* 1 (1).
- _____. 1991. "For a Sociology of India: Some Comments from Brazil". *Contributions to Indian Sociology* 25 (2).
- _____. 1992a. "The Pluralism of Antonio Candido" (tradução de Howard Becker). *Sociological Theory* 10 (1).
- _____. 1992b. *Uma Antropologia no Plural. Três Experiências Contemporâneas*, Editora da UnB.
- _____. 1995a. *A Favor da Etnografia*. Relume-Dumará.
- _____. 1995b. "O Poder da Etnografia". *Anuário Antropológico* 94.
- Scotto, Gabriela. 1994. *Representação e Apresentação. Uma Análise da Campanha de Benedita da Silva à Prefeitura do Rio de Janeiro*, Dissertação de Mestrado, UFRJ.
- _____. "O Visível e o Invisível. Considerações Sobre uma Candidatura". *Comunicações do PPGAS* 5.
- Tambiah, Stanley. 1985. *Culture, Thought and Social Action*. Harvard University Press.
- _____. 1996. *Leveling Crowds. Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia*. California University Press.
- Teixeira, Carla Costa. 1996a. "Corrupção Legislativa: Impasses no Contexto Norte-Americano". *Anuário Antropológico* 95.
- _____. 1996b. "Decoro Parlamentar: Legitimidade da Esfera Privada no Mundo Público?". In: Palmeira e Goldman 1996.
- _____. 1997. *A Honra da Política. "Decoro parlamentar" e Perda de Mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Tese de Doutorado, UnB.
- Trajano Filho, Wilson. 1993a. "O Auto de Carnaval em São Tomé e Príncipe". *Anuário Antropológico* 91:

- _____. 1993b. "A Tensão entre a Escrita e a Oralidade na Guiné-Bissau". *Soronda (Revista de Estudos Guineenses)* 16.
- _____. 1994a. "Sociedade Tradicional da Guiné-Bissau: uma Continuidade Cultural". *Papia* 3 (2).
- _____. 1994b. "Invisíveis e Liminares: a Sociedade Crioula e os seus Heróis". *Soronda (Revista de Estudos Guineenses)* 18.
- _____. 1995a. "O Poder da Invisibilidade". *Anuário Antropológico* 93.
- _____. 1995b. "O Crioulo Português da Guiné-Bissau". *Papia* 4 (1).
- Vianna, Adriana de Resende Barreto. 1995. "Cartas de Rotina, Cartas de Compromiso: Considerações sobre Administração e Relações Pessoais na Primeira República". *Comunicações do PPGAS* 5.
- Zatz, Inês. 1982. "Com as Cartas na Mesa: o Ministério da Desburocratização". Dissertação de Graduação, UnB.